



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

Ofício GSCB nº 02-031/2007

Brasília, 26 de fevereiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

No discurso em agradecimento à sua reeleição, Vossa Excelência manifestou a intenção de mobilizar os senadores em uma agenda própria para oferecer alternativas aos problemas nacionais. Quase simultaneamente, os meios de comunicação informaram que o Presidente Lula se propõe a enviar ao Congresso um conjunto de propostas para o setor educacional brasileiro, com o nome de PAC-Educação. Foi a conjugação dessas duas intenções que me levou a submeter a Vossa Excelência estas idéias, que poderiam servir de roteiro para um debate no Senado sobre como realizar a revolução educacional de que, todos sabem, o Brasil tanto precisa.

1. Transferir para o Governo Federal a coordenação nacional da educação de base. A municipalização da Educação Fundamental e a estadualização do Ensino Médio impedem a qualidade e mantêm a desigualdade na educação, dependendo da cidade onde a criança tenha nascido ou viva. Para fazer a *federalização*, ou criar um *sistema único de educação*, o Governo Federal precisa ser o agente executivo do sistema educacional brasileiro, e o Presidente da República o líder mobilizador da educação no Brasil. Isso vai exigir a criação de dois instrumentos administrativos no plano federal:

a) *Transformar o MEC em Ministério da Educação de Base*, criando-se um Ministério específico para o Ensino Superior ou incorporando o Ensino Superior ao Ministério da Ciência e Tecnologia, como ocorre em outros países. Sem esse *Ministério da Educação de Base*, o Governo Federal não terá motivação nem instrumentos para coordenar a educação de base no País, e continuará a dar prioridade ao Ensino Superior. Primeiro, porque as universidades



são federais e, segundo, porque elas, seus alunos, professores e servidores dispõem de poder e de acesso ao governo.

b) *Criar uma Agência Nacional para a Proteção da Criança e do Adolescente.* Nos últimos anos, o Brasil criou, corretamente, diversas Agências Federais para regular e proteger recursos e atividades econômicas, mas nenhuma agência específica para apoiar o Governo Federal e o Presidente da República no cuidado com a infância. Na atual estrutura administrativa de nosso país, nem a infância nem a educação de base são assuntos da Presidência da República. Para ser realizada, a *Revolução na Educação* precisa adotar essas duas novas ferramentas políticas e administrativas federais para cuidar da infância e da educação do Brasil.

2. Implantar, ao longo dos próximos 10 ou 15 anos, o Programa de Horário Integral em todas as 164 mil escolas públicas. Não há educação de qualidade com menos de seis horas diárias de aulas, como garantem as classes média e alta aos seus filhos, somando as horas na escola com as atividades paralelas. Mas no Brasil, as escolas públicas fazem de conta que oferecem turnos de quatro aulas, em 200 dias por ano. Na verdade, essas 800 horas anuais não chegam a 500, quando se considera que as quatro horas não passam de três, se eliminarmos os intervalos e as distrações. E que os dias não chegam a 150, quando são descontados os "feriados" adicionais, as manifestações, as greves. Precisamos ampliar o período escolar para 1300 horas por ano de efetiva atividade escolar: 220 dias letivos e seis horas de aula por dia. Esse será um processo longo, mas se iniciado imediatamente, permitirá ao Brasil chegar ao Bicentenário de sua Independência com todas suas escolas em horário integral. Isso se faria com base em quatro ações:

a) *Implantar o Programa Escola Básica Ideal*, pelo qual as escolas sejam inteiramente reformadas: salários, formação, dedicação e avaliação dos professores; prédios e equipamentos; e implantação do horário integral, por cidade, em todas as suas escolas. Com a vontade do Presidente da República, em quatro anos é possível executar essa reforma em até 1.000 cidades, começando-se pelas pequenas. A cada dois anos, um conjunto de novas cidades teria todas as suas escolas no padrão que se deseja para daqui a 10 ou 15 anos, em todo o Brasil. As cidades seriam escolhidas dependendo do interesse do Estado e do Município de assumirem parte do investimento necessário para essa revolução.



b) *Ao mesmo tempo em que se instala a Escola Básica Ideal em algumas cidades, as demais teriam os incentivos necessários para implantar o horário integral em parte de suas escolas, a uma proporção de 10% do número de seus alunos a cada ano.*

c) *Ampliação do ano letivo para 200 dias de efetiva atividade escolar. Será preciso modificar a LDB para ampliar em 20 dias o período letivo e definir que se trata de efetiva atividade escolar, e não apenas de atividade escolar que permite diversas ações não diretamente educativas. A junção do programa *Escola Básica Ideal* com a *evolução nas demais cidades* fará com que, em 15 anos, todas as escolas brasileiras estejam funcionando em horário integral, com 1300 horas de aula por ano, boas edificações, bons equipamentos e professores bem remunerados, desde que bem formados, dedicados e apresentando resultados.*

d) *Para fins educacionais, todos os feriados serão comemorados na segunda ou sexta-feira mais próxima.*

3. Definir padrões nacionais para todas as escolas brasileiras. Com a municipalização e a estadualização da educação de base, as escolas são administradas segundo a vontade e os recursos dos prefeitos e governadores. A consequência é uma diversidade radical na qualidade de nossas escolas, como se elas não formassem crianças do mesmo país. Algumas cidades brasileiras chegam a ter renda *per capita* cinquenta vezes menor do que outras. O resultado é que a criança brasileira tem seu futuro condenado, em função da cidade onde tiver nascido ou viva. Para quebrar esse círculo, o caminho é a definição de padrões nacionais para todas as 164 mil escolas públicas, independentemente da cidade onde estejam:

a) *Padrões Nacionais de salário, formação e dedicação do professor, nos moldes do que ocorre com as empresas estatais, a exemplo o Banco do Brasil, em que o servidor tem salário definido nacionalmente e é selecionado por concurso nacional. É preciso fazer o mesmo com as escolas e seus professores.*

b) *Padrões Nacionais para as edificações e equipamentos das escolas. Nos dias de hoje, os equipamentos escolares estão entregues às possibilidades e vontades dos prefeitos e governadores. O resultado é que, das 164 mil escolas, 22 mil não têm água, 20 mil não têm luz, 100 mil funcionam em prédios depredados ou instalações precárias, quase nenhuma tem o número de salas de aula e cadeiras necessárias para todas as crianças matriculadas, raríssimas têm computadores e televisão em uso, ou professores com a formação necessária*



para usar esses equipamentos. O Governo Federal não dispõe de qualquer instrumento legal para mudar essa realidade. Só a definição de *padrões mínimos*, por meio de uma *Lei Federal de Habite-se Escolar*, poderá trazer a unificação da modernização dos prédios e equipamentos das escolas brasileiras. Esse *Habite-se Escolar Federal* impedirá que os prefeitos inaugurem escolas em prédios que não atendam aos pré-requisitos modernos, em termos de construção e equipamento.

c) *Padrões Nacionais Mínimos para o Conteúdo Escolar*. A municipalização e a estadualização deixaram o conteúdo escolar ao livre arbítrio, ao descaso ou falta de recursos de cada governo estadual ou municipal. O resultado é um atraso geral e um desequilíbrio completo entre as escolas, no que se refere ao aprendizado dos alunos. Mais de 40% das crianças na 4ª série não sabem ler. Para não falar daquelas que ficaram para trás, não se matricularam ou nem chegaram àquela série escolar. Os recentes resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – mostram a tragédia da Educação de Base, levando em conta apenas os que estudam, desconsideram os dois terços dos nossos jovens que abandonaram os estudos antes do final do Ensino Médio e ficaram para trás.

O Brasil precisa de uma *Lei de Conteúdo Básico Mínimo* a ser seguida em cada uma das 1,25 milhão de salas de aulas do Brasil. Sem o rigor unificador dos anos 1930, quando o então Ministro Capanema afirmava saber o que estava sendo ensinado naquele exato instante em cada sala de aula do País, mas com o vigor revolucionário de equilibrar a qualidade das escolas brasileiras, independentemente da cidade onde estejam e da renda da família dos alunos. Eram então poucas salas, e não havia o entendimento da importância da liberdade pedagógica; além disso, vivíamos um regime centralizador. Mas é urgente definirmos a idade em que as crianças estejam alfabetizadas, o que aprenderão minimamente em cada disciplina, em cada ano de estudo. O prefeito e o governador poderão ampliar – mas nunca reduzir – o conteúdo mínimo definido nacionalmente.

4. Lei de Metas para a Educação e de uma Lei de Responsabilidade Educacional. Esses padrões mínimos de pouco adiantarão, se o Brasil não dispuser de uma legislação que garanta sua implantação. O instrumento disso é uma lei, federal, de responsabilidade educacional. A Lei Federal de Responsabilidade Fiscal se aplica a todos – administrações federal, estaduais e municipais –, exigindo que seus dirigentes cumpram as metas fiscais. Mas nenhuma lei federal compromete os governantes com a educação das nossas crianças.

Além de sancionar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Nação submete todas as unidades da federação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Precisamos fazer o mesmo para a Educação: sancionar uma *lei (federal) de Metas para a*



Educação e definir uma *Lei de Responsabilidade Educacional* para punir os dirigentes que não cumpram essas metas. Assim como são punidos aqueles que não cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A *Lei das Metas para a Educação* definiria os propósitos nacionais de longo prazo para a educação brasileira. O quadro abaixo lista, como exemplo, metas de longo prazo para a educação. Essas metas seriam ajustadas anualmente pela lei.

Metas definidas para a Educação no Brasil.	
É possível. A hora é esta.	
100% das crianças até 14 anos de idade na escola até 2010	2010
100% das crianças até 17 anos de idade na escola até 2014	2014
O trabalho infantil abolido no Brasil até 2010	2010
A prostituição infantil abolida no Brasil até 2010	2010
O Brasil alfabetizado até 2010	2010
Toda criança alfabetizada até os dez anos de idade até 2010	2010
96% das crianças terminando a 4ª série até 2014	2014
80% das crianças terminando a 8ª série até 2014	2014
80% dos jovens até 17 anos de idade concluindo o ensino médio até 2019	2019
O Brasil ocupando posições de destaque no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes até 2019	2019
Toda escola de ensino fundamental com horário integral até 2014	2014
Toda escola de ensino médio com horário integral até 2014	2014
Novo ensino profissionalizante implantado em 2008	2008
Matrícula garantida a todas as crianças a partir dos 4 anos de idade até 2010	2010
Apoio nutricional e assistência pedagógica a todas as crianças de 0 a 3 anos até 2010	2010
Todos os professores com formação adequada até 2010	2010
O Programa de Valorização e Formação do Professor implantado em 2007	2007
O salário médio do professor duplicado	2011
O piso salarial do professor definido	2007
O Sistema Brasileiro de Formação do Professor implantado	2008
Toda escola recuperada nas suas instalações físicas, com prédio de boa qualidade	2014
Toda escola com equipamento moderno e incluída digitalmente	2014
Um novo projeto para a universidade brasileira definido	2007
A autonomia das universidades federais ampliada	2007
O PAE (novo FIES) criado	2007
O Sistema de Hospitais Universitários recuperado	2009

As universidades com vagas ociosas preenchidas e número de vagas aumentado a partir	2007
A Universidade Aberta do Brasil implantada	2007
Toda desigualdade de renda, de classe, de gênero, de região, de raça e de deficiência física no acesso à educação abolida	2019

A *Lei de Responsabilidade Educacional* definiria a inelegibilidade para os que não conseguissem cumprir as metas anuais, nos moldes do que hoje define a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal é importante para o saneamento das finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Educacional é fundamental para o futuro social, econômico e ético do Brasil.

5. Valorizar, formar e motivar o Professor. O Brasil tem um exército de 2 milhões de professores na educação de base, cujo heroísmo e dedicação permitem manter em funcionamento a rede de escolas públicas. Mas os professores estão desmotivados, por causa da má remuneração, da degradação do espaço de trabalho, da falta de equipamentos, dos resultados insatisfatórios de seu esforço. A maior parte deles hoje está sem motivação e sem formação para construir a escola do século XXI. O Brasil só será um país educado quando, ao nascer uma criança, seus pais desejem que ela tenha a profissão de professor da educação básica. Isso não acontece hoje, quando o magistério chega a ser visto como atividade secundária, sem destaque. A definição de um padrão mínimo para salário e formação do professor é um passo fundamental. Mas é preciso ir além. A revolução educacional só ocorrerá se o magistério atrair os quadros mais brilhantes da juventude brasileira, e se eles tiverem boa formação e forem dedicados ao trabalho. Então, o professor da Educação de Base será tratado como o profissional mais respeitado da sociedade brasileira. Para isso, serão necessários gestos revolucionários em termos de remuneração, formação e reconhecimento, mas também de cobrança do trabalho do professor:

a) Apoio às leis em discussão no Congresso para criar um *Piso Nacional de Salário para a Carreira do Professor*.

b) *Criação da Rede para a Formação de Professores*. No governo Lula, em janeiro de 2004, foi consolidada uma rede de 20 universidades para oferecer complementação à formação dos professores. Mas isso está longe de bastar para a construção da nova escola de que o Brasil precisa. A revolução educacional exige a implantação de uma rede de instituições para a formação de professores, em universidades ou fora delas, dentro do Ministério da Educação Básica ou no ministério que cuide do ensino superior. Essas unidades para a formação de professores permitirão, em primeiro lugar, realizar a imediata atualização dos conhecimentos dos professores, e ao longo dos anos, até 2022, formar os novos professores que vão completar o desafio revolucionário de educar o Brasil nos padrões que o mundo moderno exige.



c) Retomada dos *projetos de valorização do professor*, como: casa própria do professor, biblioteca do professor, rede nacional de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, bolsa federal de incentivo à formação, doação ou financiamento para a aquisição de computador pessoal.

d) Criação do *Conselho Nacional do Magistério*, similar aos existentes para outras profissões, com a finalidade de definir regras, apoiar e fiscalizar o desempenho dos professores brasileiros.

6. Modernização do conteúdo. Além da padronização do conteúdo, como caminho para oferecer educação com a mesma qualidade nas 164 mil escolas públicas do Brasil, será forçoso modernizar o conteúdo, para servir ao futuro do País e à integração das crianças na vida moderna e global. Além de atualizar cada disciplina, incluindo novos conhecimentos, métodos e instrumentos, a escola brasileira dos próximos anos deverá incorporar pelo menos nove grandes temas: a) a ética no comportamento pessoal; b) a solidariedade social; c) o respeito à natureza; d) a habilitação para o uso dos instrumentos de informática; e) o aprendizado pleno de pelo menos um idioma, além do Português, especialmente o Inglês e o Espanhol; f) o gosto pela cultura; g) os hábitos social e fisicamente saudáveis; h) o ensino de Matemática e Ciências; i) a capacidade de aprender e reaprender depois da escola. Tudo isso, desde as primeiras séries do Ensino Fundamental.

Por falta de professores, não será possível realizar esse propósito em poucos anos, mas é imprescindível iniciá-lo já, nas cidades onde for implantado o programa *Escola Básica Ideal*, naquelas em que prefeitos e governadores participem da revolução educacional e, na medida do possível, em todas as escolas.

7. A universalização da freqüência às aulas até a conclusão do Ensino Médio deve estar entre as metas a serem definidas pela Nação Brasileira, de maneira federal. Hoje, ao celebrarmos a universalização porque temos 95% das crianças matriculadas, estamos fazendo uma comemoração duplamente falsa: primeiro, porque é imoral comemorar o fato de 5% da população infantil estar fora da escola; e segundo, porque as 95% estão apenas matriculadas, não freqüentam, não assistem, não estudam, não permanecem na escola até o final do Ensino Médio, nem recebem educação de qualidade. Apenas 33% terminam o Ensino Médio, no máximo a metade com uma educação medianamente satisfatória. Temos, portanto, apenas 18% de nossas crianças de fato na escola e em escolas de fato. Para conseguir a real universalização, é preciso:



a) atender com cuidado as crianças em idade pré-escolar, com um *programa de acompanhamento da alimentação e do desenvolvimento psicológico e pedagógico*. Não é possível, de imediato, suprir toda a demanda por creches, mas é preciso definir uma meta e começar a implantação desse programa, que já está aprovado graças a um projeto da ex-Senadora Heloisa Helena. De imediato, minha sugestão é utilizar o *Programa Bolsa Família* com atenção especial às crianças e agregando a ele a distribuição de *brinquedos pedagógicos*. Além disso, treinar as mães que recebem a Bolsa Família para cuidar dos seus filhos e dos filhos de outras famílias, em creches domésticas. O governo do PT no Distrito

Federal de 1995 a 1998 manteve, com o nome de *Cesta Pré-Escola*, um programa desse tipo com muito sucesso.

b) *Garantir vaga a toda criança brasileira, a partir dos quatro anos de idade*. É fato sabido que, tanto quanto a qualidade da escola, é a idade de entrada na escola que determina o futuro aproveitamento escolar da criança. O baixo aproveitamento de hoje se deve, principalmente, à idade tardia em que as crianças das famílias pobres entram na escola. Esta é uma proposta que transforma necessidade em demanda, e que, quando sancionada, criará uma dinâmica para a sua completa implantação em poucos anos.

c) *Identificar e trazer para a escola todas as crianças que compõem os 5% não matriculados*. Esse trabalho foi iniciado em 2003, quando foi realizado o *Mapa Detalhado da Exclusão Educacional*, com a identificação de cada uma das 1,5 milhão de crianças fora da escola. Foram formados 5 mil *agentes de inclusão educacional* em cursos presenciais e mais 30 mil em cursos a distância, para mobilizarem os pais das crianças, buscá-las e levá-las à escola. A retomada desse programa, apesar da perda provável dos agentes formados em 2003, será um passo importante na revolução educacional de que o Brasil precisa.

d) *Retomar o compromisso da Bolsa-Escola com a Educação*. É preciso manter a Bolsa Família com suas características assistenciais necessárias, mas também como instrumento de atenção à criança em idade pré-escolar, ao mesmo tempo em que se retoma e fortalece o papel educacional da Bolsa-Escola. A troca do nome "Escola" por "Família" teve um impacto negativo na consciência do valor da educação na população, especialmente nas mães. É preciso retornar à palavra "Escola", aumentar o valor da bolsa e montar um sistema de monitoramento da frequência de cada criança à escola, nos moldes do sistema informatizado montado no México a partir de 1998, exigindo com rigor a frequência para justificar o direito ao benefício naquele mês. O pagamento deve ser feito à mãe, como remuneração pelo trabalho de assegurar a frequência de todas as suas crianças às aulas, e não como ajuda para cada criança, o que transformaria a remuneração por trabalho em ajuda



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

pelo tamanho da família. Por isso, o benefício deve ter um só valor, qualquer que seja o número de filhos.

e) *Criação da Poupança-Escola.* Desde que foi criada em 1987 e implementada no Distrito Federal, em 1995, havia clareza de que a Bolsa-Escola tinha o papel de induzir a frequência às aulas, mas não bastava para manter a criança na escola. Ela precisa ser complementada com a Poupança-Escola, como foi realizado no governo do Distrito Federal em 1995-98. A Poupança-Escola consiste em um depósito em caderneta de poupança em nome de cada criança beneficiada pela Bolsa-Escola que for aprovada e matriculada, no ano seguinte, na série subsequente. O depósito só é liberado quando a criança termina o Ensino Médio. Esse projeto reduz drasticamente o enorme custo da repetência, e representa um forte incentivo para que a criança estude para ser promovida e continue na escola até o final do Ensino Médio, quando terá direito a realizar o saque da quantia poupada.

f) *Garantir uniformes escolares a toda criança.* No mundo de hoje, com tamanho apelo consumista, a falta do uniforme expulsa milhões de crianças, que se vêem impedidas de ir à escola por falta de roupas consideradas adequadas por si e por seus colegas.

g) *Determinar a obrigatoriedade do Ensino Médio.* A obrigatoriedade da escola até o final do Ensino Médio é uma necessidade. O Brasil é um dos raros países com nosso potencial e renda *per capita* onde a obrigatoriedade da educação termina no Ensino Fundamental. A consequência é a perda de milhões de jovens impedidos de disputar vagas na universidade, o que restringe o desenvolvimento e a acumulação do capital conhecimento pelo País. A atual política de concentrar esforços na criação de mais vagas nas universidades, no lugar de promover mais jovens concluindo o Ensino Médio e podendo disputar as vagas do ensino superior, é um equívoco. É como se a evasão no Ensino Médio terminasse reservando as vagas da universidade para um pequeno número de jovens.

h) *Ampliar a duração do Ensino Médio para quatro anos, com a garantia de formação "técnica" para pelo menos um ofício para todo jovem brasileiro.* Nem todos precisam, desejam e têm condições de entrar na universidade, mas todos os jovens devem dispor de um ofício no momento em que terminam sua formação básica. A ampliação do Ensino Médio para quatro anos visa estimular o jovem a permanecer na escola por mais algum tempo, antes de disputar uma vaga no mercado de trabalho. Oferece-lhe ainda o ensino de um ofício para que possa ingressar no mercado em condições favoráveis, em um mundo competitivo como o atual. Esses cursos não devem se limitar às áreas técnicas, devem incorporar as artes – pintura, escultura, música, dança – e não devem ficar limitados apenas aos ofícios tradicionais, devem trazer os novos ofícios nas áreas de informática, biotecnologia, automação, exercícios físicos.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

i) Ampliação do PROJOVEM. O governo Lula criou um programa de fundamental importância que precisa ser ampliado: o PROJOVEM. Por ele, jovens entre 18 e 25 anos que tenham feito pelo menos até a 4ª série e chegado no máximo até a 8ª recebem uma bolsa para voltarem a estudar e para desenvolverem ações comunitárias. Esse programa precisa ser ampliado, saltar dos atuais 160 mil beneficiados e chegar à casa do milhão. Além da ampliação no número de jovens envolvidos, é preciso acrescentar seu conceito sob duas formas: a incorporação de um número maior de jovens nas Forças Armadas, tanto no serviço militar quanto em atividades educacionais, sob a supervisão das Forças Armadas; e o emprego de bons alunos das séries seguintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio como tutores de alunos do Ensino Fundamental, em atividades complementares e auxílio do tipo professor particular para reforço escolar, nos moldes do que foi feito pelo governo do Distrito Federal no período 1995-98, com o programa Escola em Casa.

8. Envolver a Universidade com a Educação de Base. O Ensino Superior é a base da acumulação do capital do conhecimento, e por isso merece um *programa de Refundação do Ensino Superior*. Mas neste documento, cabe lembrar o papel do Ensino Superior na formação de professores e no desenvolvimento das diversas ciências pedagógicas. A criação

do *Ministério da Educação de Base* permitirá a realização de convênios de apoio às universidades, e a cobrança de ações, por parte delas, voltadas ao desenvolvimento da Educação de Base.

9. Ampliar o número de Escolas Técnicas de nível médio. Para atender às necessidades da economia, não basta a ampliação em um ano do Ensino Médio, será preciso ampliar ao máximo a formação específica em escolas técnicas. O Brasil tem hoje 147 escolas técnicas federais, com pouco mais de 89 mil alunos. É preciso um esforço para chegarmos a pelo menos 300 escolas, com cerca de 200 mil alunos. E, além disso, mais pelo menos outros 200 mil alunos em cursos específicos, *ad hoc*, de curto prazo, com o compromisso de que haverá pelo menos uma escola técnica em cada cidade com mais de 70 mil habitantes.

10. Substituir o Vestibular pelo Programa de Avaliação Seriada, nos moldes do programa implantado pela UnB e pelo Governo do Distrito Federal, na gestão de 1995-1998, com o nome de Programa de Avaliação Seriada. Esse programa substitui o vestibular e seleciona os alunos para a universidade por meio de provas ao longo do Ensino Médio. O vestibular é um sistema que parece intransponível à quase totalidade dos alunos do Ensino Médio da escola pública. A avaliação ao longo do Ensino Médio dá ao aluno a percepção de que a entrada na universidade é possível. Além disso, induz o aluno a estudar com mais empenho durante todo o curso, sabendo que essa é a porta para a universidade. O ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, que recentemente mostrou a tragédia da educação no Brasil, revelou também que o melhor resultado foi no Distrito Federal. O Programa de Avaliação Seriada está entre as



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

muitas mudanças feitas pelo governo do Distrito Federal em 1995-98 que ajudaram a fazer da educação nesta unidade de Federação a melhor do Brasil. A proposta de substituir o vestibular pelo ENEM não traz o mesmo incentivo, porque há somente um exame no final do curso – mantendo o vestibular –, apenas substituindo a prova feita pela universidade por outra feita pelo MEC. No sistema de avaliação seriada, o órgão executor pode ser a universidade – como faz a UnB há dez anos – ou o próprio MEC, desde que haja provas sucessivas a cada ano, e não apenas uma no final.

11. Modernização do Equipamento. O futuro de um país tem a cara de sua escola pública no presente. Escola maltratada e atrasada é futuro atrasado e desequilibrado. Além disso, tanto quanto a pobreza, a falta de qualidade é um elemento decisivo de exclusão escolar: A má escola expulsa os alunos. A qualidade depende das edificações e dos equipamentos. Não há escola sem bons professores, mas de pouco adiantam bons professores no mundo moderno sem os equipamentos necessários. No mundo atual, os equipamentos de teleinformática e multimídia são tão importantes quanto foi o quadro-negro desde o século XVIII. Não há como segurar alunos em escolas com prédios depredados e equipamento limitado ao velho quadro-negro. O prédio escolar tem de ser de qualidade, tanto quanto são de qualidade as edificações de bancos, *shoppings*, templos. Por isso, dois programas são fundamentais para fazer a revolução na educação:

a) *Construção de pelo menos 30 mil escolas e reforma em pelo menos 100 mil das atuais.* Um programa federal de reforma e construção vem sendo implantado há décadas, mas de forma modesta, sem ambição nem metas. É preciso definir como meta a garantia de que todas as escolas serão bonitas, confortáveis e bem equipadas. Essa reforma, além de tornar as escolas mais atraentes, como merecem e exigem as crianças brasileiras, deve fazê-las mais seguras, tanto para garantir a paz quanto para evitar os roubos de equipamentos;

b) *Equipamento moderno de teleinformática e multimídia em todas as escolas.* É perfeitamente possível retomar e implantar em todo o País um programa nesse sentido, com um cronograma que siga a implantação da *Escola Básica Ideal*, e em seguida nas demais cidades, a um ritmo de 10% ao ano, de forma que, dentro de 10 ou 15 anos, todas as escolas brasileiras estejam integradas, dispondo de todos os modernos recursos pedagógicos de multimídia. Por esse programa, todas as escolas beneficiadas serão integradas em rede, o que permitirá o uso local de sistemas pedagógicos de teleinformática, e cursos inteiros com base em programas de multimídia. Isso é perfeitamente possível, basta fixar metas ambiciosas para que, em poucos anos, todas as salas de aula do Brasil tenham a mais absoluta modernidade, com vem sendo feito há anos em escolas privadas e em tímidos programas nas escolas públicas.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

c) *Equipamento moderno de ginástica, teatro, música.* A escola de quatro horas de aulas cabe entre quatro paredes; a escola em horário integral precisa ser complementada com quadras esportivas, auditórios para teatro, áreas para dança, espaços musicais. No prazo de alguns anos, todas as escolas deverão dispor desses equipamentos. Da execução desse programa, além do cronograma de obras e aquisição de equipamentos técnicos, deverá constar a previsão de utilização de espaço externo para atender os alunos dos centros de ensino que ainda não disponham desses recursos.

12. Proteção das edificações e dos equipamentos escolares. No Brasil, nenhum tipo de prédio é mais degradado do que nossas escolas públicas: vidraças quebradas, banheiros sujos, paredes manchadas. Há exceções, graças sobretudo ao esforço de professores, servidores e alunos, mas a regra é a escola degradada. As escolas são os prédios que mais sofrem atos de vandalismo em todo o serviço público brasileiro. É comum ver-se uma escola totalmente depredada, ao lado de um posto de saúde integralmente respeitado. Como também são respeitadas as agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos Correios e demais órgãos públicos. Esse tratamento diferenciado decorre, em primeiro lugar, do descaso com a educação, quando comparada com as demais atividades públicas. Mas também porque os alunos não gostam da escola onde estudam; os jovens, em sua maioria, já saíram da escola e, excluídos dela, não têm razão para respeitá-la; e as famílias não vêem o valor do retorno dos ensinamentos que nela seus filhos recebem. O cuidado com a escola, por parte dos governos, trará imediatamente um respeito por seus edifícios e equipamentos. Mas isso não vai bastar para protegê-la, contra o vandalismo contra os prédios e o roubo de equipamentos, sobretudo nos anos iniciais da revolução educacional. Por isso, além da campanha de conscientização e mobilização, será preciso:

a) uma lei específica para criminalizar com rigor o vandalismo nas escolas e proteger as instalações escolares. Para que elas sejam sacralizadas, como as igrejas. Além da conscientização, é preciso uma dura lei de criminalização dos atos de vandalismo nas escolas, com penas diversas, mas tolerância zero.

b) a abertura das escolas à população. A cada dia, as escolas se fecham mais atrás de muros e grades. É o caminho imediato de proteção de seu patrimônio, também para evitar a contaminação de alunos com a violência e a droga que existe ao redor. Mas esses mecanismos de proteção terminam isolando a escola e afastando-a ainda mais da comunidade. O resultado é um incentivo ao vandalismo e à depredação. A revolução educacional vai exigir a abertura das escolas às famílias dos alunos e à comunidade ao redor, especialmente aos jovens desligados dela antes do tempo. Nas noites e nos finais de semanas, as escolas devem oferecer cursos especiais, seus equipamentos precisam ser



colocados à disposição da população local, instalando obviamente um sistema de proteção contra a perversa criminalidade que caracteriza atualmente a sociedade brasileira.

13. Criar o Cartão Escolar de Acompanhamento Federal. Poucas medidas teriam mais impacto na educação de nossas crianças do que um sistema de acompanhamento de sua vida escolar que estivesse nas mãos do Governo Federal, ou do próprio Presidente da República. Esse cartão personalizado é um salto nos sistemas de avaliação atuais do SAEB e do ENEM. No lugar da avaliação posterior, o Governo Federal poderá informar as autoridades locais, em tempo real, do desempenho de cada criança. O prefeito, o governador, o próprio presidente da República podem intervir, e até mesmo, vez por outra, escolher aleatoriamente uma criança e telefonar ao seu responsável para saber por que ela deixou a escola, ou não se saiu bem em determinada matéria, ou parabenizar pelas notas boas, pelo bom desempenho nos esportes, no aprendizado de idiomas ou em outras atividades.

14. Erradicar o analfabetismo no Brasil. Em um país cuja bandeira tem um texto escrito, é inadmissível que, 118 anos depois de sua criação, ainda haja de 15 a 20 milhões de adultos que não a reconhecem, porque não sabem ler "Ordem e Progresso". A erradicação do analfabetismo é, em primeiro lugar, uma obrigação moral, tanto quanto acabar com a tortura ou a fome. É dar ao brasileiro o direito de compreender sua bandeira. Mas é também um objetivo educacional geral, porque se sabe que pais alfabetizados influem diretamente na educação dos filhos, e tem um impacto econômico na eficiência da sociedade. Além disso, qualquer proposta para a educação leva anos para ser cumprida, mas a erradicação do analfabetismo pode ser atingida em pouco tempo. Para isso, é preciso:

a) *Retomar a Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo*, criada no primeiro ano do governo Lula.

b) *Criar o programa Bolsa Alfa*, pelo qual cada alfabetizado recebe uma remuneração no dia em que escrever sua primeira carta em sala de aula e receber seu diploma. Esse programa foi testado pelo governo do Distrito Federal, no período 1995-98, e serve de incentivo para atrair os adultos analfabetos para a sala de aula. Favorece ainda um maior empenho e aprendizado mais rápido.

c) *Mobilizar* as instituições públicas e privadas, prefeituras, governos estaduais, igrejas, ONGs, condomínios, empresas e indivíduos, para que no Brasil, durante quatro anos, haja um esforço geral contra esse trágico apagão intelectual que pesa sobre 15% de nossa população adulta.



d) *Implantar o sistema de pagamento por resultado obtido, por alfabetizado bem-sucedido*, financiando as entidades executoras com base no número comprovado de alunos alfabetizados com sucesso, deixando para trás a forma tradicional de pagar por formação do alfabetizador, que nem sempre se dedica à alfabetização.

e) *Criar incentivos para que os universitários sejam alfabetizadores de adultos*. Essa era a idéia por trás do *PAE – Programa de Assistência ao Estudante*, pelo qual o aluno universitário beneficiado pelo Governo Federal com bolsa para o pagamento de sua mensalidade seria alfabetizador de adultos. O *PAE* foi substituído, anos depois, pelo *PROUNI*, o qual, por pressão dos grupos corporativos, eliminou a exigência de contrapartida por parte do beneficiado. Já não é mais possível retomar a idéia inicial do *PAE*, retirando o benefício sem contrapartida do *PROUNI*, mas ainda é tempo de lançar um programa de bolsas para novos universitários que desejem ser alfabetizadores. Bastaria que 3% dos universitários brasileiros fossem alfabetizadores por quatro anos, ou 12% por um ano, ou 24% por um único semestre, para que o analfabetismo de adultos fosse eliminado em quatro anos. A incomunicabilidade entre os 15-20 milhões de analfabetos adultos e os 4 milhões de universitários é uma das maiores provas do *apartheid* social, a apartação brasileira.

f) *Retomar o programa de Leituração*, que prevê a continuidade da leitura para os novos alfabetizados e para toda a população com baixo nível educacional. O mais conhecido é o programa de *bibliotecas domésticas*, ou *Mala do Livro*, e que é chamado atualmente de *Arca das Letras*. É preciso recuperar a ambiciosa meta de implantar 100 mil *Bibliotecas Domésticas*. Em 2003, foram distribuídos 42 mil acervos para compor essas *Bibliotecas Domésticas*, em 3.659 cidades pequenas e médias. Da mesma forma, é preciso retomar o programa de aproveitamento dos carteiros como *agentes de leitura*, para levarem livros gratuitamente para as casas, como foi iniciado em 2003.

g) *Retomar o Labirinto do Analfabetismo*. Com esse nome, foi concebido e construído um grande espaço fechado, na forma de um labirinto, que simulava as condições de vida de uma pessoa analfabeta. As pessoas entravam dentro do *stand* e caminhavam como se estivessem nas ruas de uma cidade, tentando tomar ônibus, comprar comida ou remédio, procurar emprego, mas sem conseguir decifrar o que estava escrito nas placas e sinais. Um desses labirintos foi instalado na Esplanada dos Ministérios e ali permaneceu por dois meses, despertando grande emoção nos visitantes. O mesmo labirinto poderia ser instalado no Salão Negro do Congresso Nacional, como mobilização pela luta contra o analfabetismo de jovens e adultos no Brasil. Cópias desse *stand* poderiam ser confeccionadas e instaladas em congressos, encontros, seminários pelo Brasil, ajudando a criar indignação e vergonha para mobilizar o País contra o analfabetismo.



15. Instituir um Sistema de Premiação Educacional. É fundamental ter o reconhecimento do desempenho intelectual de cada criança, da mesma forma que se reconhece o desempenho de cada atleta. Um sistema de premiações pelo Governo Federal, para o aluno, o professor, a escola, o município e o estado, seria um incentivo adicional ao salto que precisamos dar na educação. O concurso *Soletrando*, promovido pela Rede Globo com auxílio da Fundação Ayrton Senna, no programa Caldeirão do Huck, certamente terá um grande impacto sobre o interesse e a dedicação dos alunos e a promoção da educação e o aprendizado da língua portuguesa no Brasil. Se for mantido ao longo dos anos e ampliado para outras áreas, esse programa certamente ajudará a mudar a cultura brasileira de descaso e desinteresse pela educação: descaso dos adultos e desinteresse das crianças.

16. Envolvimento das famílias e os meios de comunicação na revolução educacional. Foi a mobilização social que permitiu vencer o *apagão energético*. Não haverá mudança no quadro educacional se o próprio Presidente não tomar para si a tarefa de mobilizar a sociedade para a importância da luta contra o *apagão intelectual* que o Brasil está vivendo. A educação não é uma tarefa apenas da escola, mas também da *mídia* e da *família*. Só um Presidente da República pode fazer essa mobilização, com seu carisma e os meios do cargo que ocupa.

a) *Envolvimento dos meios de comunicação* por meio de uma Lei do Envolvimento Midiático na Educação, que induza as rádios e televisões a reservar um espaço, em horário apropriado, para programas livremente elaborados e preparados pela empresa, com intervalos comerciais, mas com conteúdo educacional no sentido mais amplo. Lei como essa está tramitando no Congresso Nacional por iniciativa do senador Pedro Simon. As telenovelas brasileiras podem ser elemento de conscientização da educação, se promoverem a auto-estima daqueles que estudam. Em vez de exaltarem somente os jovens sarados, podem destacar a figura dos bons alunos, dos que lêem, dos que falam de literatura, filosofia, dos que perseguem uma profissão intelectual, estudam para ingressar na universidade. Colocar livros nos cenários e personagens jovens debatendo livros seria uma contribuição excepcional

para a construção da cultura pró-educação. Ainda mais se a televisão divulgar problemas educacionais, em horário nobre.

b) *Envolvimento da família na educação de suas crianças.* Embora a Bolsa-Escola e a Poupança-Escola sejam elementos-chave desse envolvimento, o principal caminho é a liderança do Presidente da República e o seu papel na mobilização dos pais para a importância da educação dos filhos, e para o papel de cada um no acompanhamento das tarefas diárias, na participação junto aos professores. Ao Presidente cabe apelar aos meios



de comunicação para que utilizem a temática educacional, não apenas divulgando instrução, mas sobretudo disseminando a cultura da educação como fator importante do desenvolvimento nacional. Somos um povo cuja cultura não põe a educação como valor central, e sem essa cultura, a educação não recebe a devida importância. O Presidente precisa liderar a mudança dessa cultura, como fez com o combate à fome. A sociedade, descontente com os rumos nacionais, já começa a despertar para a necessidade da educação. Há o começo de um sentimento novo no Brasil: o de que o abandono histórico da educação é uma das causas de nossa crise de violência, atraso, desigualdade, pobreza. As lideranças políticas estão ficando para trás, como se viu no último carnaval, quando escolas de samba e blocos carnavalescos manifestaram a voz popular cobrando mais apoio à educação.

c) *Criação de canais educativos de reforço escolar*, nos moldes do que aconteceu no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, quando foram implantados canais educativos para o reforço e a complementação do ensino básico. No Brasil, em 2003, foi criado o Instituto Nacional de Educação Aberta e a Distância Darcy Ribeiro, que precisa ser dinamizado especialmente como canal educativo de nível básico e ensino superior, servindo para a formação e complementação cultural dos professores. Mais três canais ainda serão necessários, especializados respectivamente no ensino fundamental, médio e técnico. Esses canais serviriam para auxiliar o ensino escolar, transmitindo complementações e reforços para o aluno, na própria casa. Todo aluno terá, portanto, além de suas aulas, a possibilidade de acesso a programas educacionais e culturais específicos para sua idade, pelo meio que mais lhe agradar.

17. Criar um Sistema Nacional de Avaliação e Fiscalização da Educação de Base. Não apenas realizar exames do tipo Provão, ENEM, SAEB, que representam sem dúvida avanços, mas ir além, criando um órgão independente do governo para acompanhar e avaliar o andamento da revolução na educação. Uma espécie de *TCU da educação*, capaz de avaliar o desempenho da educação e de seus responsáveis: governos, dirigentes, pais, professores e meios de comunicação, em relação aos resultados alcançados. Inclusive para servir como o fiscal da execução da *Lei de Responsabilidade Educacional*. A ausência de um órgão desse tipo tem feito com que o Brasil receba as notícias da tragédia educacional sem qualquer reação maior, sem qualquer cobrança sobre os governos e a sociedade, como tem acontecido nos últimos meses.

18. Descentralização gerencial. As idéias aqui apresentadas consistem no que vem sendo chamado de *Federalização da Educação de Base*. Essa *Federalização* significa a construção de uma *Escola do tamanho do Brasil* – 164 mil escolas, com 1,25 milhão de salas – e as que



ainda deverão ser construídas, com um padrão de qualidade equivalente à disposição de 48 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar, e também dos 2 milhões de professores, além daqueles que deverão ser encontrados, os 15 milhões de analfabetos e seus alfabetizadores, empresas, trabalhadores, todos mobilizados em torno de uma revolução educacional geral do País. Mas a *federalização da qualidade* só será possível com a adoção da *descentralização gerencial* por escola. A centralização gerencial nas mãos da burocracia estatal vai amarrar as escolas. A mobilização nacional pela educação tornará pais, professores e servidores da educação capazes de uma gestão mais eficiente, desde que constantemente fiscalizada pelo *Cartão Escolar de Acompanhamento* e pelo *Sistema Nacional de Avaliação*.

19. Criar o PROESB. A revolução da educação de base só será possível para todos os 48 milhões de crianças e adolescentes se for pública, gratuita e, portanto, estatal. A educação de base privada é fundamental no processo educacional como complementação para atender à demanda dos ricos. Nessa complementaridade, deve ser incorporada a possibilidade de um PROESB, nos moldes do PROUNI: o pagamento de uma bolsa a alunos carentes para que estudem em escolas privadas, como forma de atender à demanda dos alunos em áreas sem escolas estatais. É uma solução provisória, mas necessária para não deixar nenhuma criança para trás quando o setor público não for capaz de atender toda a demanda imediata.

20. Retomar o Projeto *Educa Brasil*. A revolução na educação não deve se limitar apenas à escolaridade, é preciso uma grande campanha nacional pela educação brasileira nas ruas, nos compromissos, na postura, no comportamento, como uma espécie de *educação familiar em massa*.

21. O custo de não fazer. Todos perguntam de onde virá o dinheiro para aumentar o gasto atual de cerca R\$ 1.100 anuais por aluno na educação de base, dos quais apenas cerca de R\$ 150 anuais saem do Governo Federal. Mas ninguém pergunta de onde vem o dinheiro para projetos de infra-estrutura, ou para compensar a redução de impostos, ou para investir no Ensino Superior ou Técnico, mas todos querem saber quanto custa e de onde vem o dinheiro para construir uma única escola. Ninguém pergunta de onde vem o dinheiro que financia a educação de 7.346.230 alunos em escolas privadas, graças em parte à dedução no Imposto de Renda de até R\$ 2.480,66 para cada um. Ninguém pergunta de onde saem os R\$ 4.400 mensais (R\$ 52.000 anuais) gastos com cada jovem infrator preso. Ninguém tampouco se pergunta *quanto custa não fazer a escola, o custo da omissão*. Não fazer uma revolução na educação já está custando a alma do Brasil, perdida eticamente por causa do *muro da desigualdade*, e perdida econômica e cientificamente por causa do *muro do atraso*.



Se compararmos o Brasil e a Coréia do Sul, esse *custo de não fazer* aparece de forma drástica. No começo dos anos 1960, a Coréia do Sul tinha renda anual *per capita* da ordem de US\$ 900. O Brasil tinha o dobro, então US\$ 1.800. A Coréia fez sua revolução educacional a partir da educação de base, tomou outras medidas, e tem hoje uma renda *per capita* que é o dobro da nossa. Tudo se repetido aqui, nosso PIB seria de ao redor de R\$ 6 trilhões, em vez de R\$ 2 trilhões. Adiar essa revolução terá um custo destruidor do nosso futuro, não apenas pela perda financeira, mas por todo atraso, desigualdade, degradação, dependência.

22. O Custo de fazer. Mesmo assim, é preciso saber quanto custa: cerca de R\$ 7 bilhões por ano, além dos gastos atuais. Mais do que esse valor, o sistema não é capaz de absorver imediatamente. Nossa inanição não permitirá gastos maiores. Seriam desperdiçados. Não seremos capazes de absorver, de repente, equipamentos para toda a rede; nem de formar todos os professores. O máximo que podemos absorver é algo em torno de R\$ 7 bilhões anuais, além do que é gasto atualmente, até chegar a R\$20 bilhões anuais dentro de três ou quatro anos. Como comparação, isso equivale a apenas 0,3% da renda nacional, 1% da renda do setor público, pouco menos de um quarto do lucro de uma única estatal em 2006 – a Petrobrás.

23. O Pacto da Excelência. Nada disso surtirá efeito se ficar limitado apenas a um mandato. O projeto educacional de uma nação e de um povo exige uma execução ao longo de um período histórico – 15, 20, 30 anos. Por isso, não basta deslanchar o processo, é preciso construir um *pacto nacional de longa duração*. Um pacto de todas as lideranças nacionais, principalmente as partidárias, para que o projeto tenha continuidade, quaisquer que sejam os próximos presidentes. Foi assim nos países onde a revolução da educação deu certo. Isso é necessário e é possível no Brasil também.

As lideranças que fazem parte do bloco de apoio ao governo vêm participando da engenharia de uma coalizão que permita assegurar a governabilidade e apoiar os projetos governamentais, especialmente o PAC. É preciso transformar essa coalizão de governo pela composição do ministério em uma coalizão de estado por um programa centrado na revolução educacional. Estaríamos assim substituindo o atual pacto de mediocridade em que famílias, governo e professores fazem de conta que educam, por um pacto de excelência nacional no qual, juntos, todos os líderes e partidos ajudarão a construir o Brasil educado. Isso pode ser feito por meio de:

a) *Substituir a discussão centrada na ocupação de cargos* pelo debate do conjunto de medidas que farão a revolução da educação no Brasil.



b) *Não limitar a discussão aos apoiadores do governo, mas ampliá-la a todas as lideranças, inclusive aquelas que, na oposição hoje, estarão no poder no futuro, e deverão se comprometer com a continuidade, sob o risco de vermos o processo interrompido.*

c) *Criar um conselho da República para a Educação.* Ao longo dos anos, os meios de comunicação têm mostrado o quadro degradado de nossa educação, mas o Presidente não tem a quem convocar, no nível nacional, para debater essa tragédia. A Constituição de 1988 criou o Conselho da República para auxiliar o Presidente em tempos de conturbação política, especialmente de conflitos. A revolução na educação deve ser vista como uma guerra para derrubar os dois muros que amarram o futuro do Brasil. O Presidente deve dispor de um Conselho formado por grandes lideranças nacionais, que o ajude na manutenção do pacto suprapartidário nacional, na execução das medidas necessárias e na mobilização de todo o povo. Se já existisse, ele já deveria ter sido convocado algumas vezes para definir rumos diante das notícias de nosso fracasso educacional.

d) *Pacto da Sala de Aula.* O futuro de um País tem cara da sua escola, e sua escola tem a cara de suas aulas. A sala de aula no Brasil mostra um futuro trágico: paralisia por greves intermináveis, descumprimento de horários, desordem, desatenção, displicência, descompromisso, falta de cobranças. Nenhum pacto político reverterá o quadro trágico da educação brasileira, se não for modificada radicalmente o funcionamento da sala de aula, trazendo de volta a disciplina, a pontualidade, o cumprimento de tarefas, a continuidade dos trabalhos ao longo do ano. Isso não será possível por imposição autoritária, mas não ocorrerá naturalmente. Será preciso um grande acordo nacional no sentido de que não serão necessárias greves, haverá exigência de horários, as tarefas serão cumpridas e cobradas.

Estaríamos assim substituindo o atual pacto de mediocridade em que famílias, governo e professores fazem de conta que educam, por um pacto de excelência nacional no qual, juntos, todos os líderes e partidos ajudarão a construir o Brasil educado. Sem isso, nada adiantará.

As propostas aqui apresentadas seriam não apenas um *PAC para a Educação*, mas de uma *Revolução da Educação*. Com elas, serão criados milhões de empregos, que trarão uma dinâmica que permitirá mudar o Brasil e fazer a única revolução possível. *A tragédia educacional atual ainda é uma herança que recebemos, mas no final de nossos mandatos será uma herança que teremos deixado. O presidente Mandela ficou na história do seu país porque foi o primeiro presidente de um novo ciclo, fazendo a revolução pela qual brancos e negros pudessem caminhar nas mesmas calçadas nas cidades da África do Sul. Nós temos um único caminho a seguir, se quisermos ser os líderes de um novo ciclo no Brasil: fazer com que em nosso país as crianças pobres e ricas estudem em escolas com a*



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador CRISTOVAM BUARQUE

mesma qualidade. Se fizermos isso, o mais acontecerá. Porque se um pai de família pode dizer que educando seu filho, o mais ele fará, um estadista pode dizer que educando seu povo, o mais ele fará.

A única revolução possível e lógica no mundo de hoje é por meio da educação. Em vez de estatizar capital, financeiro ou físico, disseminar o capital conhecimento; usar lápis em vez de fuzis, professores, em vez de guerrilheiros; e no lugar de trincheiras e barricadas, escolas.

Apesar do direito à dúvida pela maneira como a educação de base vem sendo relegada ao longo dos últimos anos, não temos direito de perder a esperança. Este é um documento pessoal, de quem sofre com a perda de terreno do Brasil em relação ao resto do mundo, por causa do **muro do atraso**, e sofre com a divisão do País internamente, por causa do **muro da desigualdade**, que sabe que o único caminho para derrubar os dois muros é uma revolução na educação. E porque sente que isso é possível, que o Brasil sabe como fazer, e tem os recursos necessários, mas estamos adiando há décadas, desde o início de nossa República, passando por todos os 40 presidentes que antecederam o Presidente Lula.

Recusando-me a perder a esperança,
Atenciosamente,

CRISTOVAM BUARQUE
Senador